

Pastore segue para os EUA. É o início da Fase 3

BRASÍLIA — O Presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, embarca hoje para Nova York, onde dará início efetivo à chamada Fase Três da renegociação da dívida externa brasileira. Pastore leva os documentos necessários para os entendimentos com os bancos credores internacionais: a conclusão das negociações do Fundo Monetário Internacional (FMI) para a fixação das metas econômicas a serem cumpridas em 1985, contidas na nova Carta de Intenções do Brasil.



Pastore

As vésperas das festas de fim de ano, Pastore, acompanhado pelo Diretor da Área Externa do Banco Central, José Carlos Madeira Serrano, apresentará aos credores os

mais restritivos compromissos assumidos pelo Governo brasileiro com o FMI para a contenção de gastos internos no País. O objetivo da programação montada para 85 é o combate à inflação, embora, pela primeira vez desde que iniciou a sequência de Cartas de Intenções com o Fundo o Governo não tenha se comprometido publicamente, com a queda da taxa inflacionária no ano que vem.

Na sexta-feira passada, Madeira Serrano viajou a São Paulo para discutir com Pastore os termos finais da nova rodada de negociações com os bancos credores, que começa amanhã. Em linhas gerais, o Governo já deu conhecimento aos bancos credores de que pretende obter reescalamento plurianual das amortizações da dívida a vencer nos próximos cinco anos, assim como não considera necessário solicitar recursos novos para 1985.

O balanço de pagamentos montado para 85 e também já apresentado aos bancos credores internacionais assegura a manutenção do resultado mais visado pela comunicação financeira externa, que é o superávit da balança comercial. A projeção de um superávit de US\$ 12,2 bilhões para o próximo ano significa a continuidade do cumprimento de uma política que coloca o País em condições de gerar recursos externos para o pagamento de sua dívida.

Os pontos mais delicados da negociação com os bancos credores deverão estar relacionados a negociação do spread (taxa de risco) pago pelo País. No último pacote montado com os bancos internacionais, o Governo brasileiro arcou com spread da ordem de 2,125 por cento, que pretende reduzir, nessa nova rodada de negociações, para 1,125 por cento, a exemplo do resultado dos entendimentos mantidos pelo México.